Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i11.28553

DEPARTAMENTO ESPECIALIZADO EM INVESTIGAÇÃO SOBRE NARCÓTICOS: COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO AMAZONAS ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2024

SPECIALIZED DEPARTMENT FOR NARCOTICS INVESTIGATION: COMBATING DRUG TRAFFICKING IN AMAZONAS BETWEEN 2015 AND 2024

DEPARTAMENTO ESPECIALIZADO EN INVESTIGACIÓN DE NARCÓTICOS: COMBATE AL NARCOTRÁFICO EN AMAZONAS ENTRE LOS AÑOS 2015 Y 2024

Antonio Pereira Bentes Filho[1]
José Amauri Siqueira[2]
Metusael Farias Freires[3]

RESUMO: A Amazônia configura-se como palco estratégico do narcotráfico transnacional, desafiando a soberania estatal mediante complexas dinâmicas territoriais. Este estudo analisa o enfrentamento ao crime organizado, norteado pela questão: Quais são as estruturas do combate ao narcotráfico no Brasil e no Estado do Amazonas, e quais as possibilidades de novas políticas públicas voltadas ao Combate ao Crime Organizado Transnacional e ao Narcotráfico Internacional? O objetivo geral é apresentar a estrutura do combate ao narcotráfico no Brasil e no Estado do Amazonas, e as possibilidades de novas políticas públicas voltadas ao Combate ao Crime Organizado Transnacional e ao Narcotráfico Internacional. Os objetivos específicos consistiram em: descrever a estrutura funcional do Departamento Especializado em Investigações sobre Narcóticos (DENARC); identificar o processo de territorialização do narcotráfico no Amazonas; compreender a expansão do narcotráfico sobre as fronteiras pelo viés da globalização-fragmentação; e analisar as políticas públicas voltadas ao combate ao narcotráfico no Amazonas. A metodologia, de natureza descritiva e exploratória com abordagem mista (quali-quantitativa), utilizou questionários e entrevistas semiestruturadas com dez agentes do DENARC. Os resultados revelaram que, embora haja evolução no volume de apreensões e uso de inteligência, a eficácia operacional é constrangida por limitações tecnológicas e pela complexidade geográfica da região. A discussão evidencia que a resposta estatal, predominantemente repressiva, colide com a capacidade adaptativa das facções, concluindo-se que o combate efetivo demanda a transição para uma governança de segurança integrada, com cooperação interinstitucional e investimento em monitoramento territorial avançado.

Palavras-chave: Narcotráfico. Amazônia. Políticas públicas. DENARC. Segurança pública.

ABSTRACT: The Amazon region has become a strategic arena for transnational drug trafficking, challenging state sovereignty through complex territorial dynamics. This study analyzes the fight against organized crime, guided by the question: What are the structures for combating drug trafficking in Brazil and the State of Amazonas, and what are the possibilities for new public policies aimed at Combating Transnational Organized Crime and International Drug Trafficking? The general objective is to present the structure of the fight against drug trafficking in Brazil and the State of Amazonas, and the possibilities for new public policies focused on Combating Transnational Organized Crime and International Drug Trafficking. The specific objectives sought to describe the functional structure of

[1] Pós-Graduação em Direito. ULBRA.
[2] Orientador. Doutorado em Ciências da Educação. Universidad San Lorenzo.
[3] Doutorado em Ciências da Educação. Universidad Del Sol (UNADES).

the Specialized Department for Narcotics Investigations (DENARC); identify the process of drug trafficking territorialization in the Amazon; understand the expansion of drug trafficking across borders through the lens of globalization-fragmentation; and analyze public policies aimed at combating drug trafficking in Amazonas. The methodology, descriptive and exploratory in nature with a mixed-method approach (qualitative-quantitative), utilized questionnaires and semi-structured interviews with ten DENARC agents. Results revealed that, although there is progress in seizure volumes and the use of intelligence, operational effectiveness is constrained by technological limitations and the region's geographical complexity. The discussion highlights that the state response, predominantly repressive, clashes with the adaptive capacity of criminal factions, concluding that effective combat requires a transition to integrated security governance, with inter-institutional cooperation and investment in advanced territorial monitoring.

Keywords: Drug trafficking. Amazon. Public policies. DENARC. Public security.

RESUMEN: La Amazonía se configura como un escenario estratégico para el narcotráfico transnacional, desafiando la soberanía estatal mediante complejas dinámicas territoriales. Este estudio analiza el enfrentamiento al crimen organizado, guiado por la pregunta: ¿Cuáles son las estructuras de combate al narcotráfico en Brasil y en el Estado de Amazonas, y cuáles son las posibilidades de nuevas políticas públicas orientadas al Combate al Crimen Organizado Transnacional y al Narcotráfico Internacional? El objetivo general es presentar la estructura del combate al narcotráfico en Brasil y en el Estado de Amazonas, así como las posibilidades de nuevas políticas públicas dirigidas al Combate al Crimen Organizado Transnacional y al Narcotráfico Internacional. Los objetivos específicos buscaron describir la estructura funcional del Departamento Especializado en Investigaciones sobre Narcóticos (DENARC); identificar el proceso de territorialización del narcotráfico en el Amazonas; comprender la expansión del narcotráfico en las fronteras bajo el sesgo de la globalización-fragmentación; y analizar las políticas públicas orientadas al combate al narcotráfico en el Amazonas. La metodología, de naturaleza descriptiva y exploratoria con un enfoque mixto (cualitativo-cuantitativo), utilizó cuestionarios y entrevistas semiestructuradas con diez agentes del DENARC. Los resultados revelaron que, aunque hay una evolución en el volumen de incautaciones y el uso de inteligencia, la eficacia operativa se ve limitada por las restricciones tecnológicas y la complejidad geográfica de la región. La discusión evidencia que la respuesta estatal, predominantemente represiva, choca con la capacidad adaptativa de las facciones, concluyendo que el combate efectivo exige la transición hacia una gobernanza de seguridad integrada, con cooperación interinstitucional e inversión en monitoreo territorial avanzado.

Palabras clave: Narcotráfico. Amazonía. Políticas públicas. DENARC. Seguridad pública.

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura amazônica defronta múltiplos e complexos entraves inerentes a essa extensão geográfica, notadamente os vinculados ao dinamismo ilícito do narcotráfico transnacional. Desde o movimento de integração pátria com as diretrizes de fomento regional instituídas nos anos de 1960, a Amazônia transmudou-se em "zona fronteiriça", delineada enquanto território onde o capital carece de estabilização, restando vulnerável a múltiplos projetos desenvolvimentistas.

Todavia, a contradição reside no fato de que tais mutações metamorfosearam a Amazônia em um dos perímetros mais letais e conflituosos do globo, sobretudo quanto à

engrenagem criminal, especificamente o tráfico, que confronta a hegemonia estatal (Filho; Vaz, 1997).

Com a intensificação das atividades criminosas do narcotráfico na fronteira e em toda a região amazônica, o crime global das redes ilegais passou a gerar perdas políticas e econômicas significativas aos países envolvidos. Neste contexto, a geopolítica das drogas no Amazonas desafia cada vez mais o Estado na implantação de políticas públicas voltadas ao combate efetivo. Diante dessa realidade, emerge a questão central que orienta esta pesquisa: Quais são as estruturas do combate ao narcotráfico no Brasil e no Estado do Amazonas, e quais as possibilidades de novas políticas públicas voltadas ao Combate ao Crime Organizado Transnacional e ao Narcotráfico Internacional?

Este estudo justifica-se pela relevância em demonstrar a necessidade e a importância de compreender a organização espacial e territorial do narcotráfico no Brasil e os mecanismos e estratégias de conexão com os circuitos de produção, distribuição e consumo do mercado de drogas ilícitas que sustentam as redes e os cartéis do crime organizado atuantes em diversas escalas. Segundo Telles (2010), a tentativa de compreender esse processo passa pela análise do contexto da região amazônica, pois a estrutura organizacional do tráfico de drogas na região se apropria de características peculiares que lhe são concedidas pela sua localização estratégica e vulnerabilidades socioeconômicas.

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar a estrutura do combate ao narcotráfico no Brasil e no Estado do Amazonas, e as possibilidades de novas políticas públicas voltadas ao Combate ao Crime Organizado Transnacional e ao Narcotráfico Internacional. Por sua vez, os objetivos específicos são: descrever a estrutura funcional do Departamento Especializado em Investigações sobre Narcóticos (DENARC); identificar o processo de territorialização do narcotráfico no Amazonas; compreender a expansão do narcotráfico sobre as fronteiras pelo viés da globalização-fragmentação; e analisar as políticas públicas voltadas ao combate ao narcotráfico no Amazonas.

A metodologia empregada articula perspectivas quantitativas e qualitativas, configurando-se como pesquisa descritiva e de cunho exploratório. No levantamento empírico, aplicaram-se questionários sistematizados e entrevistas semi estruturadas junto a dez agentes civis atuantes no DENARC, compreendendo dois delegados, dois escrivães e seis investigadores da polícia judiciária. O tratamento quantitativo processou-se mediante estatística descritiva, ao

passo que a vertente qualitativa mobilizou a técnica de análise de conteúdo visando à delimitação de categorias e eixos temáticos iterativos.

A contribuição desta pesquisa para a área de Segurança Pública reside na produção de conhecimento fundamentado sobre as estruturas efetivas de combate ao narcotráfico na região amazônica, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e estratégias de combate que considerem as particularidades regionais e as vulnerabilidades socioeconômicas.

Por fim, o artigo está estruturado nas seções de Introdução, que apresenta a contextualização do tema, problemática, objetivos, norte metodológico; Revisão de Literatura, que aborda a geopolítica das drogas e as organizações criminosas; Metodologia, que detalha os procedimentos de pesquisa; Resultados e Discussão, que apresenta os dados coletados e suas implicações; e Conclusão, que sintetiza os achados e recomendações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A geopolítica das drogas na Amazônia: contexto e dinâmicas regionais

A Amazônia, na condição de região de fronteira caracterizada pela consolidação incompleta do capital, tornou-se um espaço estratégico para as operações do crime organizado transnacional. Conforme destacado por Martin (1997), diversos projetos desenvolvimentistas foram direcionados para a região, como expansão das madeireiras, agropecuária, mineração, políticas de assentamentos rurais, hidrelétricas, rodovias e telecomunicações. No entanto, o olhar de "fora" para "dentro" transformou a Amazônia em um dos espaços mais violentos e tensos do mundo, particularmente devido às atividades vinculadas à economia do crime.

O Brasil, ao cumprir uma dupla função no contexto do narcotráfico, funcionando simultaneamente como área de trânsito e mercado consumidor, oferece as condições ideais para que os interesses geoestratégicos do crime organizado se direcionem para a Amazônia brasileira (Kolk, 1996).

Os circuitos por onde circulam os produtos até chegarem aos mercados populares nos centros urbanos traçam as verdadeiras redes transnacionais de trocas informais nas fronteiras porosas do legal e ilegal, sempre tangenciando os mercados ilícitos relacionados a drogas, armas e seres humanos.

Neste sentido, para Haesbaert (2014), o narcotráfico cria suas "redes superpostas e embaralhadas de pessoas, trocas, produtos, bens que circulavam nas fronteiras incertas do informal e ilegal, entre expedientes de sobrevivência, o trabalho irregular, pequenos

empreendimentos locais e os 'negócios do crime' a gravitar em torno dos pontos de venda de drogas ilícitas".

A grande questão é que o narcotráfico na Amazônia impôs um tipo de geoestratégia que potencializa diferentes etapas do comércio de produção, distribuição e consumo da cocaína. Para a região foi atribuída uma função vinculada a uma divisão internacional do trabalho criada a partir das necessidades do tráfico internacional de drogas (Brasil, 2020). A Amazônia brasileira, ao se consolidar como extensa área de trânsito para o escoamento de cocaína, passou a representar um espaço estratégico para as facções do crime organizado, gerando conflitos relacionados à disputa pelo controle das principais rotas que abastecem os mercados brasileiros, europeus e africanos (Brasil, 2023).

O narcotráfico na Amazônia, neste início de século, destaca-se enquanto uma das mais significativas e preocupantes ameaças à soberania nacional, de forma que suas redes criam estruturas de poder que utilizam algumas cidades da região como espécies de bases operacionais que se tornam territórios em redes de um circuito espacial do narcotráfico.

O narcotráfico cria suas "redes superpostas e embaralhadas de pessoas, trocas, produtos, bens que circulavam nas fronteiras incertas do informal e ilegal, entre expedientes de sobrevivência, o trabalho irregular, pequenos empreendimentos locais e os negócios do crime a gravitar em torno dos pontos de venda de drogas ilícitas (Telles, 2010).

À medida que essa atividade econômica ilícita se fortalece, sua característica empreendedora permite ampliar sua escala de atuação em níveis locais, nacionais e internacionais, apresentando-se enquanto um fenômeno bastante complexo e de difícil monitoramento (Haesbaert; Gonçalves, 2005).

Nesse sentido, as estratégias de territorialização envolvem as redes ilegais e o Estado-nação, sobretudo destacando o papel do Brasil e da Amazônia para o tráfico internacional de drogas. Segundo Castells (1996), a magnitude dessa ameaça à soberania nacional, aliada à capacidade adaptativa das organizações criminosas em explorar as vulnerabilidades estruturais da região, ressalta a urgência de políticas públicas integradas que transcendam o combate meramente repressivo e considerem as particularidades geográficas, sociais e econômicas que sustentam essas redes transnacionais de crime organizado.

2.2 Organizações criminosas e dinâmica territorial no Amazonas

A migração das facções criminosas para a região amazônica é um fenômeno que reflete a dinâmica do crime organizado no Brasil e suas implicações sociais, econômicas e políticas, segundo Bentes Filho (2024), essas são facções altamente organizadas e conectadas aos principais fornecedores da droga para o Brasil, nesse contexto, os países da Comunidade Andina. Essa movimentação não é apenas um deslocamento geográfico, mas representa uma série de estratégias adotadas por essas organizações para expandir seus territórios de atuação, explorar novas rotas de tráfico e se consolidar em áreas onde a presença do Estado é limitada.

Uma variável central que impulsiona o deslocamento das organizações criminais rumo à Amazônia reside na posição geográfica estratégica desse território, o Amazonas estabelece divisas com países produtores de entorpecentes, a exemplo de Colômbia e Peru, fato que potencializa o fluxo de cocaína e demais narcóticos proibidos (Santana, 1999). Dessa forma, o Plano Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas busca fortalecer a presença do Estado em áreas sensíveis, promovendo ações conjuntas entre forças policiais e militares (Brasil, 2020).

A densa malha hidrográfica e o isolamento de diversas zonas convertem a vigilância e o monitoramento governamental em um obstáculo de proporções consideráveis. Logo, agrupamentos como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) enxergam na Pan-Amazônia uma via para capilarizar suas atividades e maximizar seus dividendos financeiros (Telles, 2010).

O Comando Vermelho (CV), nascido nos cárceres fluminenses durante a década de 1970, constitui uma das agremiações delitivas de maior notoriedade no Brasil. Originalmente articulado como reação ao arbítrio institucional e às conjunturas degradantes impostas aos custodiados, o CV sofreu metamorfoses, consolidando-se enquanto ator central no narcotráfico e projetando sua hegemonia por variadas latitudes nacionais, abarcando o bioma amazônico. A ingerência do CV no mercado de ilícitos amazônico espelha uma manobra de ampliação espacial que visa instrumentalizar as carências socioeconômicas e a debilidade da governança estatal nessa área (Procópio Filho; Vaz, 1997).

O Primeiro Comando da Capital (PCC), originado na década de 1990 no âmago do aparato carcerário paulista, representa uma das agremiações delitivas de maior ascendência no Brasil. Instituído por custodiados que visavam salvaguarda e garantias dignas no ambiente prisional, o PCC prontamente transfigurou-se em uma entidade criminosa sistêmica direcionada ao narcotráfico, extorsões e demais dinâmicas ilícitas (Telles, 2010).

A ingerência do PCC na economia da droga amazônica constitui fenômeno complexo que denota uma tática de dilatação espacial do grupo. A adjacência a estados produtores de alcaloides e o extenso sistema hidroviário que irriga o território facultam rotas de exportação para o entorpecente, possibilitando que o PCC firme articulações com outras facções e potencialize seus fluxos logísticos (Brasil, 2020).

A Família do Norte (FDN), nascida enquanto agremiação delitiva no decurso da década de 2000 em Manaus, igualmente constitui um relevante protagonista no panorama do narcotráfico amazônico. A FDN manifestou-se como reação à hegemonia de coalizões como o Comando Vermelho no território, almejando consolidar domínio próprio e governança sobre o comércio de entorpecentes na Amazônia (Silva, 2017). A governança da Família do Norte na região desencadeou repercussões drásticas para a segurança pública e a evolução social local, notadamente mediante os extermínios no sistema prisional manauara, os quais resultaram de uma cisão interna entre integrantes do grupo pela hegemonia do tráfico de narcóticos na localidade amazônica (Cano; Duarte, 2017).

Ademais, a depressão econômica e a escassez de perspectivas no território fomentam um ecossistema favorável à operacionalidade dessas agremiações. O deslocamento de facções frequentemente converge com a fragilidade socioeconômica das coletividades periféricas, as quais, ansiando por ocupação e proventos, podem acabar seduzidas pelas projeções de ganho imediato facultadas pelo narcotráfico (Haesbaert, 2014).

Essa conjuntura retroalimenta um processo pernicioso: conforme contingentes adicionais integram o submundo delitivo, a letalidade e a instabilidade recrudescem, obstaculizando sobremaneira o progresso regional. O domínio espacial perpetrado por tais coletivos habitualmente converte-se em modalidade de governança extralegal, na qual a brutalidade e a coação são mobilizadas para assegurar a subserviência e o acatamento da comunidade residente (Telles, 2010).

A ocupação territorial das organizações criminosas no Amazonas representa um fenômeno complexo de reconfiguração do poder político e econômico nas fronteiras amazônicas. Conforme indicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança (2025), essa dinâmica envolve a apropriação de características peculiares da região, que facilitam a territorialização do narcotráfico. Dados da Agência Brasil (2025) evidenciam uma aceleração preocupante desse processo: entre 2023 e 2025, o número de municípios amazonenses sob influência de facções

criminosas aumentou significativamente, passando de 178 para 344 municípios em apenas dois anos, o que representa um crescimento de aproximadamente 93,3%.

O Comando Vermelho (CV), originário do Rio de Janeiro, consolidou-se como a organização dominante na região, presente em 286 cidades da Amazônia brasileira, exercendo controle hegemônico em 202 municípios e disputando influência em 84 outros (Gazeta do Povo, 2024).

Esse avanço reflete não apenas a expansão geográfica das facções, mas a sofisticação de suas estratégias de apropriação territorial e controle de rotas de tráfico, particularmente no eixo fluvial do Solimões, articulado com a produção peruana e cartéis colombianos.

No ecossistema urbano, as operações funcionam como centros de comando, lavagem de dinheiro e distribuição de drogas, concentrando a infraestrutura administrativa do crime organizado. Já no ecossistema fluvial-florestal, rios, igarapés e trilhas na mata são instrumentalizados para o transporte ilícito de cocaína, ouro, madeira e pescado ilegal, criando uma rede de circulação que explora a geograficidade amazônica como vantagem operacional. Essa divisão funcional permite que as facções mantenham simultaneamente o controle urbano, necessário para a distribuição e comercialização, e o domínio das vias de escoamento, impedindo a intervenção estatal em áreas de difícil acesso (G1 Globo, 2025).

Essa forma de dominação territorial transcende a simples ocupação geográfica e configura-se como uma governança paralela, onde as facções exercem funções administrativas que o Estado não consegue garantir em regiões periféricas. Simultaneamente, a presença de 17 facções criminosas diferentes na Amazônia Legal, incluindo organizações estrangeiras como o Tren de Aragua (Venezuela) e grupos ex-Farc colombianos, indica um quadro de competição territorial que permanentemente redefine as fronteiras do controle criminal (Gazeta do Povo, 2024).

2.3 Rotas de tráfico e fragilidade do Estado

As rotas do tráfico de drogas no Estado do Amazonas estão intrinsecamente ligadas à complexidade geográfica e social da região, além das dinâmicas do crime organizado que se estabelecem em um contexto de vulnerabilidade. A Amazônia, com sua vasta rede de rios e florestas, oferece um cenário propício para o tráfico de entorpecentes, especialmente cocaína, que é frequentemente transportada de países vizinhos como Colômbia e Peru.

Os eixos fundamentais do narcotráfico na Amazônia são delineados pela configuração geográfica e pela logística de transbordo. Martin (1997) afirma que o modal hidroviário constitui um dos meios mais explorados pelos agentes criminosos, possibilitando a transposição de vultosos carregamentos de entorpecentes de maneira camuflada e célere. As artérias fluviais, a exemplo do Solimões e seus tributários, funcionam como autênticos corredores para o comércio ilícito, interligando zonas isoladas aos núcleos urbanos, locais onde a avidez por narcóticos é elevada (Santana, 1999). Somado a isso, o emprego de embarcações de pequeno calado e inclusive aeronaves para o translado aéreo de substâncias coopera para a complexidade do monitoramento e da repressão por parte das instâncias governamentais.

No ecossistema urbano, as operações funcionam como centro de comando, lavagem de dinheiro e distribuição de drogas; já no ecossistema fluvial-florestal, rios, igarapés e trilhas na mata são instrumentalizados para transportar cocaína, ouro, madeira e pescado ilegal. Essa divisão funcional permite que as facções mantenham simultaneamente o controle urbano, necessário para a distribuição e comercialização, e o domínio das vias de escoamento, impedindo a intervenção estatal em áreas de difícil acesso. A cocaína chega a Manaus pelo Rio Amazonas e ao longo do trajeto é embarcada em navios de carga com destino a África e Europa. A Amazônia dispõe de dez municípios com estruturas portuárias que interconectam a região com o mundo. Os narcotraficantes também utilizam 'submarinos artesanais', que podem transportar droga desde a Colômbia a outros continentes, cruzando a Amazônia através dos rios Solimões e Amazonas (G1 GLOBO, 2026).

A região da Amazônia Legal tem sido caracterizada pela sobreposição do crime transnacional e da violência com ilícitos ambientais, como tráfico de pescado, exploração ilegal de madeira, garimpo ilegal de ouro e outros minerais. A intensificação da presença de organizações criminosas na região parece ter fortalecido essas sobreposições.

Essa capacidade de operação em múltiplas escalas, local, regional, nacional e internacional, contrasta radicalmente com a fragmentação das capacidades estatais. As apreensões, ainda que volumosas (4 toneladas em Benjamin Constant em agosto de 2024, a maior na história do estado), interceptam apenas uma fração marginal dos fluxos reais (Delaurbre/Universidad de Antioquia, 2025).

Sumauma (2024) indica que "grande parte dos cargamentos clandestinos passa por rotas sem obstáculos, tanto ao longo do Rio Solimões quanto do Rio Içá", durante a madrugada, em operações coordenadas que exploram as janelas de ineficiência estatal. Essa dinâmica revela não

apenas fragilidade, mas inadequação estrutural: o modelo de segurança pública permanece orientado para operações urbanas e resposta reativa, incapaz de antecipar e prevenir fluxos em ecossistemas aquáticos e florestais que cobrem milhares de quilômetros de fronteira permeável.

As facções criminosas têm se adaptado às ações do DENARC, utilizando novas rotas e estratégias para continuar suas operações. Algumas dessas rotas incluem a Rota do Solimões, utilizada para transportar drogas do interior da Amazônia até grandes centros urbanos e, eventualmente, para o Atlântico; a Fronteira Tríplice, região de fronteira com a Colômbia e o Peru que é uma rota importante para o transporte de drogas; e espaços não governados, áreas remotas e de difícil acesso utilizadas pelas facções para operar com menor risco de detecção (Telles, 2010).

Dessa forma, fragilidade do Estado nas áreas de fronteira e na maior parte da Amazônia permite que os grupos criminosos tenham acesso praticamente irrestrito aos rios que correm, sem vigilância, para as principais cidades portuárias brasileiras ou, em menor extensão, para o Equador (Procópio Filho; Vaz, 1997). A partir desses portos, grupos criminosos distribuem drogas para consumo no Brasil ou as transportam para todo o mundo. Grande parte da luta entre os grupos criminosos, e o perigo concomitante que isso traz para a população civil, pode ser atribuída aos esforços para dominar essas rotas de tráfico. Ao mesmo tempo, essas organizações estão explorando recursos naturais na floresta amazônica para diversificar suas fontes de renda e "lavar" seus lucros ilícitos.

A incapacidade do Estado em lidar com esses desafios é evidente na combinação de uma extensa área territorial com um efetivo muito reduzido de policiais, sobretudo daqueles profissionais cuja atividade central está vinculada à investigação criminal. A malha rodoviária é muito pouco densa e só raramente asfaltada, o que impõe uma logística de deslocamento extremamente demorada e precária, sobretudo nos períodos de chuvas (Kolk, 1996).

Para se deslocar nesse território, nem sempre as polícias possuem aeronaves e embarcações na quantidade necessária. Os funcionários dos órgãos de segurança pública da região reclamam de que não dispõem dos recursos e equipamentos necessários para realizar seu trabalho, enquanto os grupos criminosos exploram essa vulnerabilidade estatal para consolidar suas operações (Agência Brasil, 2025).

Dessa forma, enquanto as apreensões funcionam como políticas de "descapitalização" de curto prazo, as estruturas de governança criminal permanecem intactas, reabastecidas continuamente pela circulação de capital que atravessa o ecossistema fluvial-florestal em ciclos

operacionais que exploram as "rodovias naturais" (rios, igarapés e trilhas) onde o Estado raramente consegue manter vigilância permanente. A Amazônia brasileira consolidou-se como epicentro logístico transnacional não apenas pela topografia favorável, mas pela sobreposição de duas ausências: ausência de capacidade estatal e ausência de oportunidades econômicas formais que permitiriam ao Estado competir com a governança criminal em seu próprio território.

3 MÉTODOS

A presente investigação adotou um enfoque metodológico quali-quantitativo, fundamentado na análise integrada de dados primários e secundários coletados (Vergara, 1997) entre 2015 e 2024, com especial ênfase nas operações e ações desenvolvidas pelo Departamento Especializado em Investigações sobre Narcóticos (DENARC) no Estado do Amazonas. O desenho metodológico priorizou a compreensão holística dos fenômenos de combate ao narcotráfico, contemplando simultaneamente a mensuração de indicadores objetivos e a interpretação de realidades sociais complexas que caracterizam a dinâmica do crime organizado na região amazônica.

Quanto aos tipos de investigação, a pesquisa combinou metodologias descritivas, analíticas e exploratórias. A abordagem descritiva permitiu caracterizar as estruturas operacionais do DENARC e as estratégias de combate ao narcotráfico; a analítica possibilitou examinar as relações entre variáveis independentes e dependentes vinculadas à eficácia das políticas públicas, e a exploratória facilitou a identificação de novas possibilidades de políticas públicas ainda não implementadas no contexto amazonense (Rea; Parker, 2002).

A população investigada compreendeu gestores, investigadores e agentes operacionais do DENARC, bem como representantes de instituições parceiras envolvidas na cooperação interinstitucional (Polícia Federal, Polícia Militar do Amazonas, Ministério Público Estadual, órgãos de inteligência e entidades internacionais). A amostra foi constituída de forma intencional, selecionando profissionais com experiência consolidada na operacionalização de ações de inteligência, investigação e repressão ao narcotráfico durante o período delimitado, totalizando 10 entrevistados, com representatividade estratégica das diferentes áreas funcionais da instituição.

A coleta de dados compreendeu a aplicação de questionário estruturado, a realização de entrevistas semiestruturadas, a observação direta e a análise documental. As variáveis

investigadas incluíram: capacidade operacional institucional, eficácia das políticas públicas implementadas, limitações relacionadas à falta de recursos materiais e tecnológicos, ações de colaboração com outras forças de segurança, e volume e tipologia de substâncias ilícitas apreendidas.

Por fim, a análise de dados adotou procedimentos quantitativos para tratamento de informações estatísticas relativas a apreensões, prisões e indicadores de desempenho operacional, gerando gráficos e quadros comparativos dos períodos investigados. Simultaneamente, empreendeu-se análise qualitativa das narrativas coletadas nas entrevistas, identificando categorias temáticas, contradições e consensos entre os entrevistados (Cervo; Bervian, 2002).

O alcance da pesquisa limita-se geograficamente ao Estado do Amazonas e temporalmente aos anos de 2015 a 2024, com possibilidades de generalização restrita às realidades regionais similares dentro do contexto de fronteira amazônica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados foi realizada mediante questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas com 10 profissionais de segurança pública lotados no Departamento Especializado em Investigações sobre Narcóticos (DENARC), constituindo uma amostra intencional estratificada por cargo: 2 Delegados, 2 Escrivães e 6 Investigadores de Polícia.

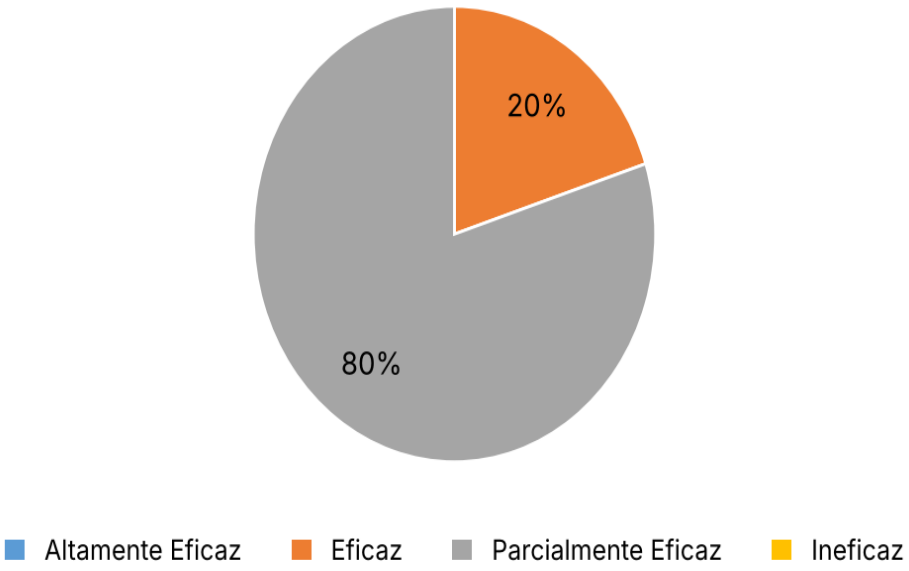
Esta composição permitiu capturar perspectivas operacionais diversificadas, desde o nível gerencial até a execução de investigações de campo, fornecendo uma visão multidimensional das políticas públicas de combate ao narcotráfico implementadas entre 2015 e 2024 no Amazonas.

Os dados quantitativos revelaram que 80% dos entrevistados reconhecem a eficácia parcial das políticas públicas implementadas pelo DENARC, ainda que com limitações estruturais significativas. Esse reconhecimento alinha-se com a análise de Telles (2010), que argumenta que as estratégias de segurança pública na Amazônia funcionam em ciclos de "descapitalização" do crime organizado, produzindo resultados operacionais mensuráveis sem, contudo, desarticular as estruturas profundas de governança criminal.

Quanto à distribuição das percepções entre os entrevistados, 20% classificaram as políticas como "eficazes para o contexto amazônico". Essa distribuição revela distensão profissional significativa quanto ao modelo operacional implementado. Os delegados

entrevistados (hierarquia superior) tenderam avaliações mais positivas, enquanto investigadores e escrivães (nível executivo) apresentaram críticas mais contundentes, conforme apresentado no Gráfico 1 (Eficácia das Políticas Públicas).

Gráfico 1 – Eficácia das Políticas Públicas.



Fonte: Filho; Siqueira (2026).

A pesquisa de Filho e Vaz (1997) corrobora essa interpretação, evidenciando que o narcotráfico na região amazônica constitui uma engrenagem criminal que "confronta a hegemonia estatal", operando simultaneamente em múltiplas escalas geográficas que transcendem a capacidade de resposta institucional convencional.

A literatura sobre segurança pública em regiões de fronteira, particularmente os estudos de Soares (2008), identifica esse fenômeno como "contradição institucional": estruturas de segurança pública adequadas para contextos urbanos concentrados mostram inadequação estrutural quando confrontadas com dinâmicas criminais em ecossistemas aquáticos-florestais dispersos. A Amazônia apresenta características geográficas únicas (rios, igarapés, trilhas florestais) que facilitam operações ilícitas em áreas de acesso limitado e vigilância estatal reduzida, exigindo paradigmas operacionais distintos daqueles tradicionais.

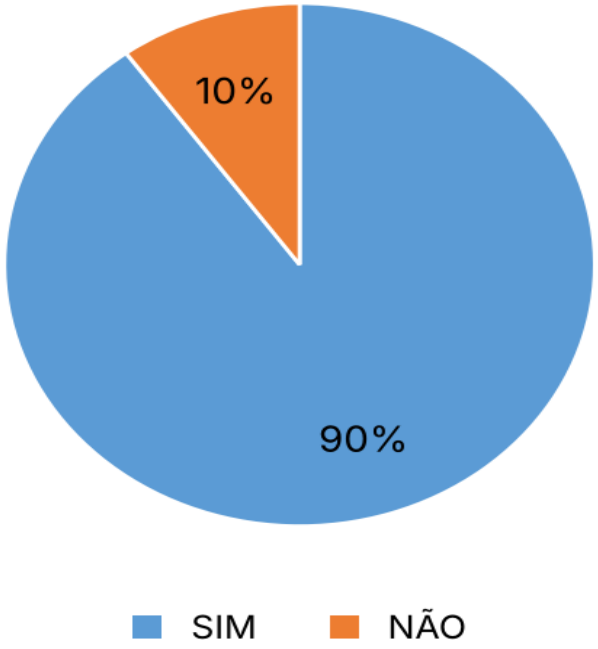
No tocante aos pilares operacionais do DENARC, a coleta de dados sinalizou que as diligências convergem em três vetores fundamentais: (1) inteligência e rastreamento de fluxos; (2) persecução de organizações delitivas; e (3) coerção imediata por via de mandados prisionais e sequestro de entorpecentes.

Observou-se incremento substancial no montante de apreensões, com crescimento expressivo entre 2020 e 2024 e ápice em 2024, quando foram alcançadas 15 toneladas de cocaína apreendidas. Esse indicador atesta a intensificação das ações, especialmente focalizadas no curso do rio Solimões, canal estratégico apontado pelos interlocutores enquanto via primordial de ingresso de drogas oriundas de Peru e Colômbia.

Porém, a análise crítica dessa métrica revela paradoxo central: apreensões crescentes não se traduziram em redução da disponibilidade de drogas no mercado amazônico ou enfraquecimento das capacidades logísticas das facções criminosas. Essa dissonância alinha-se com observações de Procópio Filho e Vaz (1997) sobre efetividade de políticas de segurança pública em contextos de crime transnacional, indicando que vitórias táticas isoladas não geram transformações nas estruturas de governança criminal. Os entrevistados concordaram unanimemente que as apreensões funcionam como "políticas de desestabilização de curto prazo", interceptando apenas frações marginais dos fluxos reais, estimados em "múltiplas toneladas mensais" segundo dados operacionais não-divulgáveis.

Por sua vez, 90% dos policiais civis entrevistados relataram que a colaboração com outras forças de segurança melhora os resultados das operações, de acordo com o Gráfico 2 (Ações de Colaboração com Outras Forças).

Gráfico 2 – Ações de colaboração com outras forças.

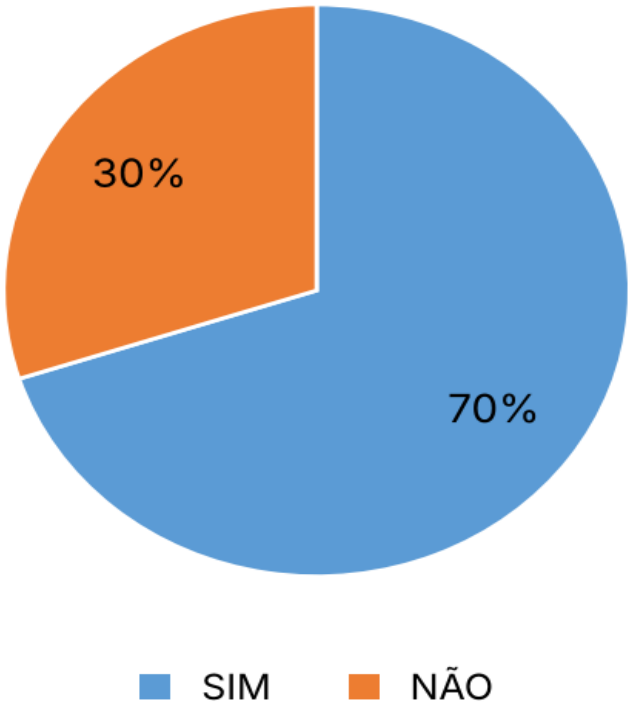


Fonte: Filho; Siqueira (2026).

Essa matriz colaborativa evidencia reconhecimento institucional da necessidade de articulação, validando pressupostos teóricos de Santana (1999) sobre "capital social" como recurso crítico em contextos de governança complexa.

Contrastivamente, 70% dos entrevistados identificam deficiências críticas em equipamentos de inteligência, veículos fluviais especializados, sistemas de monitoramento por satélite e software de análise de dados criminais, limitando a capacidade do DENARC de realizar operações contínuas e abrangentes no Estado do Amazonas, relatando a existência dessa falta de recursos, o Gráfico 3 (Limitação pela Falta de Recursos Materiais e Tecnológicos) apresenta os dados.

Gráfico 3 – Limitação pela falta de recursos materiais e tecnológicos.



Fonte: Filho; Siqueira (2026).

Esse gargalo ressoa com análises de Silva (2017) sobre "tecnologia como variável de sucesso" em operações policiais contemporâneas, sugerindo que investimentos inadequados neutralizam potencial de colaboração interinstitucional.

A complexidade operacional relatada pelos agentes do DENARC, onde as fronteiras entre atividades lícitas e ilícitas muitas vezes se confundem nas comunidades ribeirinhas, corrobora a análise de Haesbaert (2014). Os resultados evidenciam que o narcotráfico na região não atua isoladamente, mas cria o que o autor define como "redes superpostas e embaralhadas de pessoas, trocas, produtos e bens". A dificuldade de fiscalização apontada nos dados reflete exatamente a dinâmica descrita por Telles (2010), onde o crime gravita nas "fronteiras incertas do informal e ilegal", misturando expedientes de sobrevivência e trabalho irregular com os "negócios do crime", tornando a distinção e a repressão tarefas extremamente árduas para o aparato estatal convencional.

Além disso, o volume crescente de apreensões de cocaína destinada à exportação, identificado nos gráficos de produtividade policial, valida a premissa de Kolk (1996) de que o Brasil cumpre uma dupla função geoestratégica: atua simultaneamente como área de trânsito e

mercado consumidor. A infraestrutura logística desvelada pelas investigações confirma que a Amazônia foi transformada em um espaço estratégico onde, segundo Martin (1997), os projetos desenvolvimentistas e o olhar de "fora para dentro" acabaram por metamorfosear a região em um dos perímetros mais letais e conflituosos, oferecendo as condições ideais para que os interesses do crime organizado se instalassem sobre as vulnerabilidades locais.

Por sua vez, a constatação de que as facções disputam violentamente o domínio dos rios para escoar drogas para a Europa e África alinha-se ao que Brasil (2020; 2023) identifica como uma "divisão internacional do trabalho" criada pelas necessidades do tráfico global. A capacidade das organizações criminosas de se rearticularem após operações policiais, mantendo a ameaça à soberania nacional, reflete a análise de Castells (1996) sobre a magnitude dessa ameaça e a capacidade adaptativa das redes ilegais.

Os dados indicam, portanto, que o enfrentamento atual, focado na repressão, colide com uma estrutura de poder que utiliza as cidades amazônicas como bases operacionais de um circuito espacial globalizado, exigindo políticas que transcendam o combate tático e compreendam essa inserção geopolítica.

Dessa forma, a discussão integrada dos dados e literatura indica que o DENARC operacionaliza estratégias parcialmente alinhadas com boas práticas internacionais, contudo permanece constrangido por limitações de recursos e inadequações estruturais inerentes ao contexto amazônico. A efetividade requer transcendência do modelo convencional de segurança urbana, adotando paradigmas que incorporem: (1) inteligência territorial avançada, (2) capacidades fluviais especializadas, (3) investimento tecnológico robusto, e (4) governança integrada que articule comunidades, povos indígenas e atores locais como protagonistas de segurança pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar a problemática central que norteou este estudo, quais são as estruturas do combate ao narcotráfico no Brasil e no Estado do Amazonas, e quais as possibilidades de novas políticas públicas Combate ao Crime Organizado Transnacional e ao Narcotráfico Internacional?

A resposta à questão de pesquisa evidencia que, embora existam mecanismos institucionais estabelecidos e um esforço crescente de cooperação interinstitucional, o combate ao narcotráfico na Amazônia enfrenta um descompasso estrutural. As "possibilidades de novas

políticas" identificadas não residem na criação de novas leis, mas na mudança de paradigma: da repressão reativa para uma governança de segurança integrada, que combine alta tecnologia de monitoramento fluvial e satelital com ações de desenvolvimento socioeconômico nas fronteiras, atacando não apenas a logística da droga, mas a base territorial que sustenta as facções.

No que tange à reflexão crítica sobre os dados, observa-se que a Amazônia não é apenas um corredor de passagem, mas um território onde a "geopolítica das drogas" se sobrepõe à soberania estatal. Para a academia, este estudo contribui ao fornecer um diagnóstico empírico que valida teorias sobre a territorialização do crime, demonstrando como as facções utilizam a geografia complexa da região (rios e igarapés) como vantagem tática, preenchendo lacunas deixadas pela ausência do Estado.

Para a sociedade, a pesquisa elucida que o aumento das apreensões, embora midiático, não significa necessariamente redução da violência ou do poderio criminal. Fica evidente, portanto, que a segurança pública no Amazonas não pode ser pensada com a mesma lógica dos grandes centros urbanos do Sudeste, ela exige o reconhecimento das especificidades ribeirinhas e transfronteiriças.

Em relação às limitações da pesquisa, destaca-se a restrição amostral, focada em um grupo específico de agentes do DENARC, o que, embora tenha garantido profundidade qualitativa, impede generalizações absolutas para todo o aparato de segurança pública estadual. Adicionalmente, a natureza sensível do tema impôs barreiras ao acesso a dados de inteligência classificados como sigilosos, restringindo a análise a informações operacionais disponibilizadas e à percepção subjetiva dos entrevistados. A "lei do silêncio" imperante em áreas dominadas pelo tráfico também limitou a possibilidade de triangulação de dados com as comunidades afetadas.

Como recomendações para trabalhos futuros, sugere-se a realização de estudos que investiguem a dimensão financeira das organizações criminosas na região, especificamente os mecanismos de lavagem de dinheiro que sustentam a logística do narcotráfico amazônico.

Por fim, recomendam-se pesquisas comparativas com as estratégias de combate adotadas pelos países vizinhos (Colômbia e Peru), visando identificar práticas exitosas de cooperação internacional que possam ser adaptadas à realidade brasileira, fortalecendo a blindagem da fronteira contra o fluxo incessante do crime organizado transnacional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Presença de facções criminosas na Amazônia cresce 32% em um ano**. Nov. 2025. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). **MJSP – Plano Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas**. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/vigia-programa-nacional-de-seguranca-nas-fronteiras-e-divisas-completa-um-ano-de-atuacao-com-resultados-expressivos-1>. Acesso em: 26 jan. 2026.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). **VIGIA**. 2023. Disponível em <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/operacoes-integradas/vigia/cards/o-que-e>. Acesso em: 26 jan. 2026.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **Homicídios nas prisões brasileiras**: o caso do Amazonas. Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2017.

DELAURBE/UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA. **Amazonía bajo ataque**: un mapeo de la delincuencia. [2024]. Disponível em <https://delaurbe.udea.edu.co/territorio/amazonia-bajo-ataque-mapeo-de-la-delincuencia/>. Acesso em: jan. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da Violência na Amazônia**. 4. ed. Nov. 2025. Disponível em <https://fontesegura.forumseguranca.org.br>. Acesso em: jan. 2026.

G1 GLOBO. **Facções criminosas atuam em ao menos 25 municípios do Amazonas, aponta estudo**. 20 jan. 2026. Disponível em <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2026/01/20/faccoes-criminosas-atuam-em-ao-menos-25-municipios-do-amazonas-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 23 jan. 2026.

GAZETA DO POVO. **Facções disputam poder na Amazônia**. Jan. 2026. Disponível em <https://gazetadopovo.com.br/brasil>. Acesso em: jan. 2026.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

_____, Rogério; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2005.

KOLK, Ans. **Forests in International Environmental Politics**. Utrecht: International Books, 1996.

MARTIN, Ron. Teoria econômica e geografia humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (org.). **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

PROCÓPIO FILHO, Argemiro; VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, p. 78-95, 1997. DOI: 10.1590/S0034-73291997000100004.

REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia da pesquisa**: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SANTANA, Adalberto. A globalização do narcotráfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 99-116, 1999. DOI: 10.1590/S0034-73291999000200006.

SILVA, Rafael Alcadipani da. Facções criminosas e o sistema prisional brasileiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 10-28, 2017.

SUMAUMA. **Piratas, narcotráfico y minería ilegal**: un río en la ruta del crimen en la frontera de la Amazonía. Jan. 2026. Disponível em <https://sumauma.com/es/piratas-trafico-e-garimpo-um-rio-na-rota-do-crime-na-fronteira-da-amazonia/>. Acesso em: jan. 2026.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.